

DIPLOMACIA

O diplomata de carreira Daniel Pereira, apontado meses atrás como o próximo embaixador de Cabo Verde em Angola, já não vai para Luanda. Duas versões existem em torno dessa mudança: reanálise da estratégia do governo em relação a essa nomeação e existência de dificuldades na concessão do "agreement" àquele diplomata pelas autoridades angolanas.



Daniel Pereira já não vai para Luanda

Actualidade

Sexta-feira, 16 de Junho de 2006

Há oito meses encarregado de negócios de Cabo Verde em Portugal, até que a sua colocação definitiva em Luanda como embaixador fosse possível, Daniel Pereira já não vai para Angola, soube **A Semana** junto de várias fontes. Isto apesar da sua colocação provisória em Lisboa, em Outubro do ano passado, ter acontecido sob a condição de que rumaria para Luanda logo que as condições estivessem reunidas.

Diante deste compasso de espera, e na falta de informações sobre o caso, no Palácio das Comunidades o mal-estar é perceptível entre os diplomatas e poucos são os que se mostram interessados em abordar o caso, pelo menos, para a imprensa. Até porque, quando confrontada com situações do género, a diplomacia em geral prefere a discrição.

É assim que, em segredo, não falte quem fale em «veto» de Luanda ao nome daquele diplomata. Não que esse "veto" exista formalmente, ressaltou um diplomata. "Em diplomacia quando, para efeitos de obtenção de 'agreement', um país comunica ao outro país a escolha de quem o vai representar e esse outro país leva meses a reagir é sinal de que o seu interlocutor deve indicar outro nome para embaixador. Pode ser isso que se terá passado".

De todo o modo, este jornal conseguiu apurar que o governo decidiu reapreciar a escolha de Daniel Pereira para Luanda, depois de concluir que, pelo nível de relações com Angola, o representante de Cabo Verde nesse país deve ter "maior peso político" do que o escolhido anteriormente, na linha do ainda titular do cargo, Silvino da Luz. Essa "reapreciação", de acordo com a mesma fonte, aconteceu já com o actual governo.

"Ao contrário do que se possa pensar ou dizer, não houve veto ao nome de Daniel Pereira", garantiu a este jornal uma fonte autorizada. "A nomeação dele foi reapreciada à luz das mudanças que o governo pretende introduzir na diplomacia cabo-verdiana e chegou-se à conclusão que para Angola é recomendável um embaixador com mais peso político. Tirando isso, não se passou nada, nem sequer Praia chegou a apresentar o pedido de 'agreement' a Luanda".

Daniel Pereira, refira-se, é diplomata de carreira há vários anos, esteve inclusive em Luanda como número dois da embaixada nos anos noventa, foi conselheiro diplomático de José Maria Neves, além de investigador da história de Cabo Verde, com vários livros publicados. Na linha do apurado por **A Semana**, "reapreciado" o

seu caso, em vez de Luanda, ele seguirá para uma embaixada na Europa.

Entretanto, diante do constrangimento existente em torno daquele diplomata, no Palácio das Comunidades já se admite até a possibilidade de Silvino da Luz ser renomeado embaixador em Luanda, um meio onde vive como peixe na água. Mas esta é uma hipótese que, segundo a fonte autorizada deste jornal, está também fora de questão. "Silvino da Luz vai sair de Luanda", garantiu, estando neste momento a Cidade da Praia à procura de outro "embaixador político" para o lugar.

DANÇA DOS DIPLOMATAS

Ao que tudo indica os primeiros passos da dança dos diplomatas já começou e deve conhecer o seu momento alto dentro de um ou dois meses. Nessa altura se saberá, ao certo, quem irá para Lisboa e outras missões, uma das quais Viena, onde está Alírio Vicente Silva, que aguarda a ordem de regresso a casa. Para Lisboa fala-se em Arnaldo Andrade, que já foi embaixador em Paris e que neste momento é deputado nacional do PAICV.

Enquanto a dança principal não chega, esta semana, o ministro Victor

Borges procedeu à nomeação de novos responsáveis para as direcções-gerais de Assuntos Consulares e de Protocolo do Estado, respectivamente, António Lima e Alcibíades Martins.

Essas duas nomeações, pelo menos é o que se comenta nos corredores do Palácio das Comunidades, levam a pensar que chegou ao fim a era de "dirigentes ps", ou seja, "por substituição". É o caso em que se encontra, por exemplo, António Pedro Alves, nomeado interinamente director-geral da Cooperação Internacional em substituição de Júlio Morais, actual embaixador na China. Outra nomeação esperada é a de um novo secretário-geral do MNECC, cargo que era exercido por José Eduardo Barbosa, neste momento embaixador em Roma.

Mas a missão verdadeiramente espinhosa do Ministro dos Negócios Estrangeiro é a elaboração de um novo Estatuto dos Diplomatas, uma vez que o que governo tinha aprovado no ano passado foi vetado pelo presidente Pedro Pires. Melhor, por aquilo que este jornal sabe também, o chefe de Estado aconselhou o executivo e os diplomatas a se porem de acordo quanto aos pontos de divergência do referido diploma, sob pena de o manter na gaveta.



SUPERCOMPRA

Sociedade Comercial Vasconcelos Lopes, Lda. Sempre Consigo



Rua Angola nº 19 - S. Vicente
 Telef. 292 31 57 - Fax. 292 31 54
 Móvel. 997 98 33

CONCERTAÇÃO SOCIAL

José Maria Neves chamou a si a negociação com os parceiros sociais, pelo que vai presidir à próxima reunião do Conselho de Concertação Social que deve acontecer na próxima semana. AUNTC-CS e CCSL defendem que tal reunião tem de acontecer o mais tardar no dia 19 deste mês, enquanto o governo fala em 21 ou 22, para discutir várias outras questões, além das salariais. Na falta de acordo as duas centrais ameaçam dar início, ainda neste mês de Junho, a manifestações de rua e greve geral.



O braço de ferro continua

Actualidade

Sexta-feira, 16 de Junho de 2006

O braço de ferro entre o Governo e os sindicatos continua. A UNTC-CS e a CCSL deram esta semana um ultimato ao governo para se encontrarem até o mais tardar no dia 19, em Concertação Social, para fixar o aumento salarial a praticar na função pública. O governo, através do primeiro-ministro, diz que não aceita nem cede a chantagens.

Do ponto de vista dos sindicatos, a reunião do CCS só faz sentido até ao dia 19, para haver tempo de os seus resultados serem absorvidos pela lei do Orçamento do Estado, a ser aprovada pela Assembleia Nacional no fim do mês.

Enquanto isso, no terreno, os sindicatos filiados na UNTC-CS estão accionados e têm estado a reunir-se com os trabalhadores pelo que, antes do final desta semana, aquela central terá uma posição definitiva sobre as formas de luta que irá adoptar. Aliás, as démarches não foram suspensas, nem mesmo depois que o primeiro-ministro manifestou intenção de realizar um CCS extraordinário. *“Ainda não recebemos nenhuma indicação clara do governo sobre a próxima reunião de CCS. Mas estamos abertos para negociar”*, afirma Julião Varela. Contudo, avisa, *“não nos interessa participar desta reunião se o governo agendar este encontro para depois do dia 19 de Junho, e se persistir na sua proposta de atribuir apenas 3% de aumento, sobretudo depois que os preços da electricidade e da água aumentaram de forma tão contundente”*.

Varela revela-se optimista quanto à próxima reunião do CCS, mesmo depois de o PM, numa entrevista à TCV, ter-se mostrado irredutível quando falou sobre reajustes que o governo está disposto

a conceder. É que JMN justifica a sua proposta de 3% apontando para as outras vantagens que o OE pode trazer para os trabalhadores, designadamente a integração no sistema de Previdência Social e o desbloqueio das carreiras. Uma posição que Varela minimiza: *“Com os sindicatos, o PM tem-se mostrado sempre aberto e disposto a negociar um aumento condizente com a realidade do país. Por outro, os argumentos que sustentam a sua tese de 3% são facilmente desmontáveis. É que eles não representam nenhuma vantagem imediata para o trabalhador, que já descontava 8% do seu salário, embora não fosse restituído. Mas estamos conscientes de que a integração dos trabalhadores na previdência social representa mais custos para o executivo”*.

TRABALHADORES NA RUA

Mais contundente, e apesar do fracasso que foi a sua manifestação da semana passada, a CCSL ameaça colocar milhares de funcionários públicos na rua. Também prometem greve geral nos próximos dias... se o governo não agendar a reunião extraordinária do CCS antes do dia 19, mas sobretudo se faltar consenso em torno do aumento salarial. Para já, ao primeiro-ministro *“enviámos uma nota conjunta – UNTC-CS e CCSL –, no início desta semana”*, afirma Carlos Ferreira. *“E de acordo com a disponibilidade manifestada, pedimos que a reunião aconteça impreterivelmente antes do dia 19. E não havendo consenso, estamos a trabalhar para iniciar a nossa luta a partir do dia 20, com manifestações e greve geral”*.

A expectativa, de acordo com aquele

sindicalista, é que essas manifestações coincidam com a próxima sessão parlamentar, que deverá acontecer no fim deste mês. *“Estamos a exortar os trabalhadores para aderirem a esta luta, que é de todos os cabo-verdianos. A nossa primeira manifestação foi contra o aumento salarial de 3%, o desemprego, que anda à volta dos 25%, a pobreza, que se situa nos 40%, conforme dados do INE, e ainda contra os aumentos do combustível, água e energia. Qui-semos dar viva voz à sociedade sobre tudo o que está mal”*, explica Ferreira, para quem a manifestação organizada pela CCSL não foi um fiasco. *“As pessoas precisam ver que realizámos a manifestação no horário normal de trabalho. Foi uma espécie de teste para preparar as nossas próximas acções, e sobretudo em horários apropriados para os trabalhadores”*.

NÃO A CHANTAGENS

O governo, por seu turno, já deu sinais de que não aceita ir além dos 3%, alegando que o país não está em condições de fazê-lo, sob pena de pôr a perder as conquistas obtidas até aqui em termos de saneamento financeiro do Estado. Quer o ministro das Finanças, João Serra, quer o próprio primeiro-ministro, José Maria Neves, têm-se referido ao assunto nesses termos, apelando ambos ao senso de responsabilidade dos cabo-verdianos. Sobre a proposta em concreto das centrais sindicais para que a próxima reunião do CCS aconteça a 19 de Junho, Neves afirmou a este jornal que o seu governo não aceita nem pode ceder à chantagem dos sindicatos.

Para todos os efeitos, ontem o Conselho de Ministros tinha como um dos seus temas a próxima reunião do CCS, sendo o dossier salarial um dos seus pontos. Mas, segundo o primeiro-ministro, é perspectiva do governo que a Concertação Social deve abarcar outros assuntos, além do salarial. *“Queremos discutir um acordo de regime que tenha em conta a questão dos salários mas também o crescimento da economia e a competitividade do país e a sustentabilidade do seu desenvolvimento”*, alega.

Neste quadro, JMN defende também a mudança da composição do próprio Conselho de Concertação Social, de modo a contemplar representantes dos sectores do turismo, finanças e indústria. *“O país está em processo de transição de uma economia, baseada no pequeno comércio para uma economia de serviços, por isso o CCS deve reflectir isso na sua composição”*, advoga.

Sobre a data em si da reunião do CCS, o chefe do governo entende que a mesma deve acontecer na próxima semana, no dia 21 ou 22 e não a 19 como defendem os sindicatos. Sobre a proposta salarial que o executivo irá levar para o encontro, JMN afirma que ela continua a ser de 3%. *“Reitero a minha posição de que o país não está em condições de dar mais de 3% de aumento salarial, sob pena de pôr em causa a competitividade das empresas e do próprio país. Se aumentarmos ainda mais as despesas de funcionamento do Estado iremos pôr em causa a nossa competitividade. É preciso que os sindicatos e os cidadãos entendam isso”*.

Filú não é candidato à liderança



Felisberto Vieira não será candidato à liderança do seu partido no próximo congresso do PAICV, previsto para Outubro. É que, segundo Filú, este é ainda o ciclo político do actual líder, José Maria Neves.

José Maria Neves, cuja liderança saiu reforçada com os resultados das legislativas de Janeiro deste ano, será candidato à sua própria sucessão no V Congresso Ordinário do PAICV, marcado para 6,7 e 8 de Outubro deste ano. Ao contrário dos dois últimos congressos, desta feita, Felisberto Vieira, presidente da CMP e líder da tendência “divergente” à do actual líder do PAICV e primeiro-ministro no interior dos tamarinas, garantiu a este jornal que não será candidato à liderança da organização na magna assembleia de Outubro.

“Não serei candidato à liderança do PAICV no congresso ordinário de Outubro, porque isso não faz sentido. O ciclo político

que se vive actualmente em Cabo Verde é ainda do actual presidente, José Maria Neves. Serei, por isso, um dos subscritores da moção de estratégia que ele vai apresentar no próximo congresso do partido”, assevera aquele político.

Fontes deste jornal garantem que o congresso deverá, por outro lado, analisar a situação política nacional, avaliar a vida interna da organização e introduzir medidas correctivas em termos de medidas de políticas “para melhorar ainda mais a governação de Cabo Verde. Tudo na perspectiva de introduzir uma nova dinâmica ao ritmo de desenvolvimento económico e social destas ilhas, já que o actual executivo chefiado por José Maria Neves programa atingir um crescimento económico de dois dígitos, ou seja de pelo menos 10%, durante o actual mandato de cinco anos”.

Outros informantes deste jornal acrescentam que a magna reunião irá também aprovar a estratégia do PAICV relativamente às autárquicas de 2008, propondo medidas para minimizar os efeitos de desgaste que se registam, neste momento, em alguns dos municípios onde a situação se encontra no poder, com destaque para Praia, Assomada e Brava.

A decisão de convocar o V Congresso do PAICV foi tomada numa das reuniões da sua Comissão Política, realizadas recentemente na Praia. Do encontro, saiu também uma Comissão Preparatória do evento, presidida por Basílio Mosso Ramos, vice-presidente da organização. “Fizemos, na terça-feira desta semana, um primeiro encontro, breve, com os membros da Comissão Preparatória do Congresso. Esta deverá reunir-se, no início da próxima semana, a fim de se definir os termos de referência do Congresso,

que serão depois aprovados pelos órgãos competentes do partido”, informa Mosso Ramos, que prescinde, por ora, de avançar mais pormenores sobre os objectivos da reunião do órgão máximo do PAICV.

Mas a ofensiva da força política que suporta o actual governo não fica por aí. O mesmo já convocou, para os finais de Julho, a terceira Edição da Universidade de Verão. Esta terá como propósito fundamental preparar, segundo fontes deste jornal, os quadros e a máquina tambarina para os objectivos que se pretende atingir durante a próxima temporada política.

A comissão preparatória da Universidade de Verão é presidida pelo líder da bancada parlamentar do PAICV, Rui Semedo, e deverá reunir-se, proximamente, para definir os termos de referência que serão depois validados pelos órgãos nacionais do PAICV.

ADP

PUB

CRISTINA FONTES, ministra da Defesa



Paz, segurança e estabilidade são as preocupações centrais que levam o Estado de Cabo Verde a procurar relações especiais com outros países e organismos ligados à defesa, entre eles a Organização do Tratado do Atlântico Norte. É neste quadro que decorre desde ontem nalgumas ilhas do país a mega-operação de treinamento dos efectivos dessa Aliança, o Steadfast Jaguar 2006, de que poderá resultar uma colaboração estreita entre Praia e a Nato. Nesta entrevista ao A Semana, a ministra da Defesa, Cristina Fontes, salienta o "espírito aberto" com que o seu governo olha para esse eventual parceiro, que pode vir a ter um papel importante, por exemplo, no controlo e fiscalização do espaço marítimo cabo-verdiano.

Por: JOSÉ VICENTE LOPES

“Estamos de espírito aberto em relação à Nato”

- Começa esta quinta-feira a mega-operação da Nato em Cabo Verde. Sendo este um facto novo, tanto a nível interno como externo, o que está atrás desta acção?

- Com o fim da bipolarização do mundo, surgiram ameaças que já não são convencionais, que não partem de entidades estatais. São ameaças que vêm dos tráficos - droga, seres humanos, etc. -, do branqueamento de capitais, terrorismo, mas ameaças também como doenças devastadoras, ou ainda as catástrofes naturais ou até situações que exigem um outro tipo de respostas. É nesse quadro que os países e organizações internacionais começam a posicionar-se.

Em Cabo Verde nós tomámos consciência disso em 2001, quando assumimos o governo do país, e ficou claro que o nosso sistema de segurança nacional tinha que ser reformado face a esse tipo de ameaças novas, particularmente face à intensidade do narcotráfico.

Os dados internacionais mostram que das 1.200 toneladas de cocaína que são traficadas anualmente no mundo, 240 passam por esta zona em direcção à Europa, entrando particularmente por Espanha e Portugal. Pelo que, para nós ficou claro, que havia necessidade de adequarmos a nossa política.

Na altura todos começámos a sentir os efeitos desse tráfico, pois, apesar de sermos um país de trânsito, havia conexões em Cabo Verde que começavam a criar dificuldades, já que a esse tráfico estão associados outros tipos de criminalidade. E foi assim que, no quadro da reflexão que se fez sobre o conceito estratégico de defesa nacional, concluiu-se que a principal ameaça para Cabo Verde era o tráfico de drogas. Era fundamental dar uma machadada firme nessa ameaça.

Paralelamente ao esforço interno, ficou claro que não é possível fazer face às novas ameaças sem parcerias. Primeiro porque

temos meios limitados e segundo porque a extensão da nossa ZEE é grande, não temos como vigiá-la sozinhos. Mas também nos demos conta que essas parcerias interessavam a outros países de destino da droga, neste caso a União Europeia, e recentemente os EUA, porque, para além da droga, podem estar outras actividades como o terrorismo.

Quando apareceu a proposta do exercício da NATO para treinar uma força para enfrentar precisamente novas ameaças, nós nos encontrávamos numa reflexão de como reagir melhor a esse tipo de fenómeno. Isto inclui, por exemplo, a existência de umas FA que sirvam para guardar as nossas costas e de portos e aeroportos com segurança reforçada.

- Mas no caso das FA, o Steadfast Jaguar vai permitir o quê?

- Vai permitir testar a sua capacidade de enfrentar esse tipo de ameaças. Além das FA, vamos ter um grupo da Polícia Militar,

Fuzileiros e uma Força de Intervenção Rápida (que há dois anos estamos a formar), para reagir em situações especiais.

Chamo a atenção para a posição geo-estratégica de Cabo Verde e a importância e a utilidade de Cabo Verde no combate a esses tráficos. Quando falamos de parceria especial com a União Europeia, uma das convergências é a questão da segurança nesta zona. Estamos mesmo a falar, em alguns casos, na possibilidade de parcerias com alguns países europeus, de forma avançada, para combatermos os tráficos que se dirigem para a Europa.

- Mas todos estes fenómenos, nomeadamente a atitude das autoridades em relação à Nato e à UE, não mexe com o sentimento do cabo-verdiano ao ver militares neste espaço?

- O exercício da Nato e a movimentação de militares tem um princípio e tem um fim. É apenas um treino de uma força que vai

testar, pela primeira vez, fora do seu território natural, a capacidade de reagir em vários pontos do globo naquelas questões a que me referi: droga, terrorismo, catástrofes naturais, etc. De facto, estão neste momento cerca de 7 mil homens no país, a maioria a bordo, ao largo, mas apartir de meados de Julho não ficará nem mais um militar ou equipamento da Nato em Cabo Verde.

- E o que acontece depois?

- Em matéria de paz e segurança, todos os países necessitam colaborar com os outros. É assim que surge a noção de segurança cooperativa. O mundo sabe que Cabo Verde pode ser útil, dada a sua posição estratégica e dada a sua comunhão de valores fundamentais que é a paz, estabilidade, o desenvolvimento de um Estado de direito e o combate à criminalidade. Isto é algo em relação ao qual os países que vêm colaborar connosco não têm dúvidas.

- É a ideia que Cabo Verde quer projectar também.

- Os países têm interesses e o interesse fundamental de Cabo Verde é continuar o seu desenvolvimento com segurança e estabilidade. Para isso precisa de ter os meios para combater as novas ameaças que ponham em causa a sua segurança e estabilidade, e esses meios podem ser obtidos através de parcerias.

- É verdade que os países têm interesses. Assim, depois do Steadfast, as relações entre Cabo Verde e a Nato ficam por aqui ou prosseguem num outro nível?

- O exercício em si, como já disse, é um treino e terminará.

- Mas é também um passo para alguma coisa, suponho.

- Naturalmente, esta operação abre a possibilidade de desenvolvermos um relacionamento futuro com a Nato. Inclusivamente, o secretário-geral da Nato estará em Cabo Verde no dia 22. Como sabe, a Nato tem uma estrutura militar e uma outra política, e é a parte política que poderá dialogar connosco sobre o desenvolvimento seguinte das relações com a Nato. Nós o que dizemos é que continuamos com interesse de estabelecer parcerias lá onde os nossos interesses confluírem, por isso não teremos problemas em definir acções conjuntas.

Um dos aspectos de que temos falado é, por exemplo, o patrulhamento conjunto das nossas águas. Esta é uma área crítica, o nosso calcanhar de Aquiles, e só com uma parceria conseguiremos controlar os tráficos que actuam nesta zona. É bom não esquecer que as nossas águas são vastas e elas ultrapassam largamente o espaço terrestre.

- Essa ideia de patrulhamento conjunto será com unidades da UE ou com as da Nato?

- Está tudo em aberto neste momento. Cabo Verde quer preservar a democracia, os valores da liberdade, e penso que isso facilitou os projectos que já temos neste momento, que é de patrulhamento tanto com os EUA, como com outros países. Aliás, já houve uma primeira experiência, de 6 a 9 de Junho, de uma missão conjunta, que se traduziu em unidades da GC americana com elementos da Guarda Costeira cabo-verdiana, isto porque dentro das ZEE a soberania é nossa, logo, nós estamos presentes, e se houver necessidade de intervir são as autoridades nacionais que intervêm, em termos de prisão, abordagens, etc.

Portanto, de forma pragmática, Cabo Verde está a resolver um problema que tem há muito tempo, como patrulhar as águas. Naturalmente, isto não impede nem dispensa o esforço interno de conseguirmos dotar a nossa Guarda Costeira de alguma capacidade de projecção e controlo das nossas águas. Estamos a trabalhar, no fundo, para proteger as pessoas e os bens e garantir as condições para o desenvolvimento. É estratégica, é prioritária, esta questão de segurança nacional e das parcerias.

- Esta relação de parceria com todas as entidades que citou poderá evoluir para bases militares?

- A base militar não é possível, por força da Constituição.

- Eu sei, mas pode-se mudar a CR.

- Desde que haja essa vontade, sim. Neste caso devemos debater abertamente isso. Devemos fazê-lo, decidir que coordenações e que níveis de parceria ou colaboração a ter com esses países ou organizações tendo sempre em conta os nossos interesses.

- Disse que o SG da Nato vem aí e que se vai discutir com ele o relacionamento entre Praia e a Nato. O seu governo tem propostas concretas ou é apenas uma abertura de espírito em relação a essa entidade?

- Nós temos, sobretudo, a abertura de espírito, como diz. Nós o que dizemos é: queremos garantir a segurança e a estabilidade para a região porque é importante para nós, mas também sabemos que poderá ser esse o interesse da Nato. Queremos saber qual é abertura da Nato, sendo certo que, no quadro da busca de novas formas de intervenção da organização, ela tem procurado novas formas de colaboração. Não se trata de uma adesão, longe disso, mas sim de relações que possam surgir entre as duas partes, sendo certo que alguns países que integram a Nato já se mostraram interessados neste relacionamento com Cabo Verde. Os EUA, Portugal, França, Espanha estão interessados e já demos passos nesse sentido. Pode ser que nessa abordagem bilateral possa fazer sentido haver um chapéu da Nato.

- Cabo Verde não se relaciona só com o Ocidente, tem vizinhos, tem relações com outros países africanos. Como é que esses países estão a ver a esta movimentação da Nato aqui?

- A CEDEAO fez-nos saber que acha muito interessante esta nossa abordagem. Por sugestão nossa à Nato, vamos ter observadores da CEDEAO nestes exercícios. Como nós, todos os outros países entendem que a segurança e a estabilidade nesta zona interessa a todos nós.

Sendo um país que tem um percurso histórico e uma geografia que lhe permite aspirar a ter vocações diversas, nós vamos explorar todas elas, tanto na Europa como em África, e encontrar as formas que interessam a Cabo Verde. Mas mesmo no nosso relacionamento com a CEDEAO e na questão da imigração, estamos conscientes que o tratado da comunidade permite a leitura de que para os países insulares ou encravados deve-se ter um tratamento especial. Estamos conscientes de que não podemos ter uma imigração desregrada. Não temos possibilidades de receber uma imigração que ponha em causa a nossa segurança e estabilidade ou que ponha em causa as nossas premissas de desenvolvimento.

- Os países são egoístas. Aos países africanos, que estão a ver as pessoas a se lançarem à

aventura, pouco lhes interessa as dificuldades que esse fluxo vai criar em Cabo Verde. Por isso, diante disso, qual é a abordagem do seu governo junto desses países?

- Tanto em relação aos países de origem, como aos países de destino, nós dizemos claramente que esta é uma questão de estabilidade mas também de desenvolvimento e é preciso encontrar soluções na origem para evitar que esses dramas continuem. Da nossa parte temos a consciência de que não podemos suportar fluxos descontrolados de imigrantes. Vamos continuar a insistir que é preciso haver respostas nos países de origem, como boa governação, esquemas democráticos...

- Aí Cabo Verde vai procurar chatices.

- Não, porque são convicções profundas de Cabo Verde, está nos textos da União Africana, está no Nepad...

- Sabe melhor do que eu que uma coisa é o que se escreve nos tratados do género e outra é a política que cada país pratica. Cabo Verde vai ser dissonante.

- Então, neste caso, sempre fomos dissonantes. Para se responder aos problemas das populações temos de ter boa governação, regimes democráticos e políticas que sirvam as populações. Por isso é que dizemos que não podemos deixar que se ponha em causa essas nossas políticas, porque não queremos que o nosso país ande para trás e para isso temos de continuar a ter condições de desenvolver-se para nós e para quem legalmente nos procure.

- Voltando ao Steadfast. Sobretudo em S. Vicente, há reclamações de cidadãos que alegam a alteração da ordem pública e outras ocorrências por parte dos efectivos da Nato. Como é que problemas desta natureza estão a ser geridos por Cabo Verde e pela Nato?

- Basicamente, o exercício em São Vicente está a ser bem acolhido pela população até pelos impactos positivos que tem, nomeadamente na economia...

- Isso não invalida os problemas...

- Não estou a fugir à questão. No essencial, temos acompanhado as situações, assinalando-as de imediato às autoridades da Nato, até porque o acordo estabelece o que se deve fazer, inclusivamente, registamos com apreço a afirmação do porta-voz segundo a qual a Nato não vai tolerar situações que ponham em causa a ordem no país. Também em relação às armas é simples: os militares não podem sair com armas em tempo de lazer, ou seja, não podem estar em bares ou em situações do género armados. Eles sabem disso.

Os são-vicentinos, que têm reclamado dos incidentes registados, têm razão e vai-se tomar medidas para um policiamento mais efectivo, para impedir os pequenos incidentes. Mas sendo esta uma operação que foi consensualmente aprovada no parlamento por unanimidade, não posso deixar de reconhecer também que uma ou outra reclamação ou problema para mim revelam interesses escusos, pelo menos.

- Em casos graves de violação da lei, esses militares estão sujeitos a que regime jurídico, cabo-verdiano ou dos países de origem?

- Em caso de flagrante delito, por exemplo, a nossa polícia pode intervir e entregar o infractor à PM da Nato e o mesmo será julgado pelos tribunais do seu país com informação a

Cabo Verde. É um pouco como acontece no regime de extradição. Se um cabo-verdiano cometeu um crime e fugiu para Cabo Verde e é aqui apanhado é julgado aqui, portanto, não fica sem ser punido pelo crime que faz.

- Uma outra preocupação das pessoas prende-se com o ambiente. Estão devidamente asseguradas as condições que não perturbem o ambiente cabo-verdiano?

- O acordo que estabelece os estatutos da NRF diz claramente que não são permitidas armas que ponham em causa o ambiente - as armas não convencionais estão banidas. Há questões que se prendem também com a fauna. A Direcção-Geral do Ambiente, com as informações de que dispõe, tem a garantia de que as intervenções, nomeadamente, os sonares só poderão ser utilizados em zonas que não afectem a fauna marítima. A DGA tem acompanhado e vai continuar a acompanhar esta questão.

- Mas qual é a capacidade de controlo da DGA neste momento?

- É evidente que é uma capacidade limitada, mas nós não contamos só connosco. Contamos também com observadores internacionais, a ONU tem esquemas de controlo dessas situações, e para além disso à própria Nato têm sido impostos, pelos movimentos europeus, regras e regulamentos estritos nesta matéria. Em última análise, o acordo diz que se houver qualquer tipo de dano, incluindo o ambiental, há um prazo de nove meses para verificar, e se efectivamente o dano for verificado, há uma compensação por danos eventualmente existentes.

- Falando em compensações. Cabo Verde ganha o quê com o Steadfast?

- Cabo Verde ganha sobretudo projecção: vamos ter 130 jornalistas estrangeiros em São Vicente no dia 22 e a projecção daí resultante será, com certeza, importante. Vamos ter o treinamento das nossas forças, além do impacto enorme na economia de S. Vicente, teremos também alguma colaboração pontual - por exemplo, com as FA cabo-verdianas teremos a entrega de alguns camiões.

- Dez, é isso?

- Sim, para Cabo Verde e para as FA vai fazer uma grande diferença. Mas vai haver outros projectos que a Nato costuma negociar com as câmaras municipais, neste momento está a fazer formação de bombeiros, da protecção civil em São Vicente, mas também fará em Santo Antão. Em S. Vicente vai ficar instalada toda a fibra óptica em S. Pedro e isso vai servir toda a ilha e o país, portanto, apesar de não serem ganhos materiais, o que nós estamos à procura é sim de aberturas de parcerias para garantir a segurança e a estabilidade na região e no país, e isso significa melhoria de vida das pessoas.

Não vai haver guerras, não vai haver erupções vulcânicas, vai haver, sim, abertura de portas para nós termos melhores condições de responder às ameaças que se nos colocam hoje em dia e que ultrapassam as nossas capacidades de enfrentá-las sozinhos. Pequeno ou grande, quem está nesta zona do Atlântico somos nós. Por isso, neste momento, estamos bem colocados para controlar as nossas

águas e isso não é possível sem parcerias.



Pequeno ou grande, quem está nesta zona do Atlântico somos nós. Por isso, neste momento, estamos bem colocados para controlar as nossas águas e isso não é possível sem parcerias.

Tiro de partida para o "Steadfast Jaguar 2006"



"Jaguares" na praia de Fl

A praia de Flamengos, na ilha de S. Vicente, foi vasculhada por um grupo de vinte soldados alemães e espanhóis, no primeiro exercício real de preparação de um desembarque anfíbio. Sete mergulhadores, guiados por uma extensa corda e orientados por bandeiras colocadas na areia, entraram na água com o propósito de fazer um reconhecimento tácito das características do fundo marinho e determinar a profundidade do mar junto à praia.

"A cada 25 metros vão fazendo marcações com a corda de modo a poderem saber a profundidade da água, enquanto procuram por eventuais obstáculos a um desembarque anfíbio, como, por exemplo, minas. Neste caso, um dos obstáculos poderão ser as pedras", explica o Capitão espanhol Adolfo Garcia.

Questionado se essa operação não é demorada e desenquadrada de uma situação de combate real, Garcia explica que esse exercício enquadra-se nos casos em que não há presença de inimigos na praia. Se assim fosse, as tropas

poderiam optar por uma operação desencadeada à noite, com mergulhadores equipados com garrafas de oxigénio.

Enquanto a equipa de soldados espanhóis e alemães faziam o reconhecimento da praia, era perceptível o ruído de aviões sobrevoando a zona, além da presença de navios da marinha ao largo. A essa mesma hora, outro grupo de soldados prosseguia uma operação terrestre na zona do Calhau, com recurso a disparos reais e apoio aéreo. As aeronaves, segundo dados avançados a este semanário, deveriam fazer aproximações a baixa altitude e simular o apoio às unidades terrestres.

O início dos exercícios da NATO aconteceu esta quinta-feira em todo o país e envolveu as componentes terrestre, marítima e aérea, em simultâneo. Para hoje, sexta-feira, em São Vicente, será efectuado um desembarque anfíbio de grande envergadura, na praia de Flamengos. O treino das unidades de reacção rápida inclui a participação de treze elementos

das Forças Armadas cabo-verdianas.

Primeiros sinais de erupção no Fogo

As sete estações sismográficas do Fogo registaram esta quinta-feira, às 10H, os primeiros sinais de actividade (simulada) do vulcão. É o arranque da simulação de uma erupção naquela ilha, num exercício que durará cerca de dez dias, culminando com a evacuação das populações e a intervenção das tropas da NATO.

"Houve um aumento da actividade sísmica, registado pelos aparelhos das estações sismográficas do Fogo. O Laboratório de Engenharia Civil registou os dados e enviou uma mensagem ao Serviço Nacional de Protecção Civil informando que há um aumento da actividade sísmológica", explicou o presidente do Serviço Nacional de Protecção Civil, major Alberto Fernandes.

Como se se tratasse de uma erupção real, os procedimentos normais, em situações de emergência, sucederam-se: o SNPC comunicou "de

mediato" a situação ao ministro da Defesa Interna, Júlio Correia, que autorizou o nível de alerta um (de rotina) para dois. O primeiro-ministro José Maria Neves, a ministra da Defesa, Cristina Almeida e o Comandante Geral da Polícia Militar foram informados.

As Câmaras Municipais de Santa Catarina e São Filipe foram colocadas em alerta 2, preparando-se para o que vai acontecer no próximo dia.

Hoje e durante o fim-de-semana, serão difundidas mensagens sobre o aumento da actividade sísmica.

Assimulação da erupção não é o fim de tudo, para as autoridades militares, a sua capacidade de reacção se mantém de vida. "Este exercício é da natureza de uma das nossas falhas", avançou Alberto Fernandes.



SANTO ANTÃO

Os militares da Nato vão movimentando os dias nas ilhas. Estão por todo o lado, no Sal, em São Vicente, Santo Antão e Fogo. Esta imagem foi captada na Ponta do Sol, Santo Antão, quando os militares num convívio são com as crianças locais, ensinavam-lhes alguns "truques" essenciais numa



Steadfast Jaguar movimenta ilha do Sal

Aviões caças e de combate anti-submarinos, helicópteros, cargueiros e de transporte de militares transformaram o Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, na ilha do Sal, na principal base dos exercícios Steadfast Jaguar da Nato. A operação movimenta toda a ilha e, do ponto de vista económico, os hotéis e empresas de *rent-a-car* já beneficiam da presença desses soldados.

Adivinha-se que o movimento de aviões no AIAC venha a aumentar nos próximos dias. Desde o início dos exercícios até quarta-feira já se podiam ver oito dos doze F-16 Falcon que chegaram da base militar americana na Alemanha. Estas aeronaves, que atingem velocidades supersónicas de mais de mil km/hora, estarão envolvidas em operações quer de patrulha às águas e aos céus de Cabo Verde quer de suporte aos exercícios em Santo Antão e São Vicente, durante o Steadfast Jaguar, que decorre de 15 de Junho a 28 de Julho. Vão também participar em simulações de combate contra caças espanhóis que estão localizados num porta-aviões da mesma nacionalidade, algures no Atlântico.

Na base aérea montada no AIAC estão, além dos doze F-16: dois helicópteros AB 212 das Forças Aéreas italianas, que são aparelhos de socorro e evacuação médica e patrulha; dois caças C-295; cargueiros das FA espanholas; um cargueiro Hércules C-130H das FA portuguesas que foi substituído por um aparelho idêntico das Forças Aéreas gregas; um avião de Patrulha Anti-submarino P-3C Orion, espanhol, e dois C-160 Transall da Força aérea alemã, um deles de atendimento médico.

Este último, equipado para operações de emergência, conta com três unidades de cuidados intensivos e tem espaço para mais oito pacientes em estado menos grave. Da sua equipa fazem parte quatro médicos, um deles pediatra, oito paramédicos e um anestesista. Para completar, dois AWACS, aviões radares americanos, tinham chegada prevista para meados da semana com a tarefa de auxiliar nas comunicações e controle dos exercícios aéreos.

Também em terra a operação da NATO impressiona, com um campo localizado na base da Segunda Região Militar, denominado "*Camp Miracle*", onde são coordenadas as operações de carga e descarga e preparação para os exercícios aéreos. Este quartel com tendas alcatifadas e com ar condicionado, ligado a um gerador eléctrico que funciona 24 horas por dia, tem total autonomia. É daí que se estabelecem os contactos com a base das Forças Aéreas da NATO em Ramstein, Alemanha, onde todos os exercícios aéreos são coordenados, e também com o comando dessas operações que estão estabelecidos num porta-aviões americano, no Atlântico.

"É uma ótima oportunidade de testarmos a

nossa capacidade de comunicação e dos nossos equipamentos a grandes distâncias e fora da nossa área tradicional de actuação, que é a Europa", diz o tenente-coronel Meinrad Angermayer, das Forças Aéreas alemãs, relações públicas da NATO no Sal. Um camião satélite situado no "*Camp Miracle*" assegura as telecomunicações.

O posto médico do campo, com capacidade para 20 camas, está equipado com um bloco operatório, uma unidade de cuidados intensivos que recebe três pacientes e uma farmácia. Trabalham aí cinco médicos e nove enfermeiros e paramédicos.

De acordo com os oficiais da NATO, todos os cuidados foram tomados para que as operações não prejudiquem em nada os voos comerciais no aeroporto do Sal e muito menos ponham em causa a segurança. Para isso estão a trabalhar, desde a fase de preparação dos exercícios, em estreita colaboração com os serviços de controlo aéreo do AIAC, embora contem, no decurso das operações, com um sistema independente de controlo aéreo para acompanhar passo a passo os exercícios aéreos.

Steadfast Money

Apesar dos exercícios militares passarem na maioria despercebidos no Sal, pois acontecem no céu e maioritariamente sobre o mar, já há quem esteja a fazer contas em dólares. É o caso dos proprietários de *rent-a-car*. A demanda é tanta que os militares da NATO já tiveram de recorrer ao aluguer de viaturas particulares.

Quem também está a facturar com toda essa actividade são os hotéis. Um exemplo é o histórico Hotel Atlântico, nos Espargos, um dos primeiros estabelecimentos hoteleiros da ilha e que tem passado por sérias dificuldades de há alguns anos para cá, primeiro com a ascensão de Santa Maria, e agora com o desvio de alguns voos da TACV para a Praia, pois os frequentes atrasos e congestionamentos de passageiros garantiam movimento.

De acordo com informações do gerente do Atlântico, Luís Rendall, estão aí hospedados 51 soldados e oficiais alemães, principalmente pessoal médico, o que equivale a cerca de 60 a 70% da capacidade. Quer dizer que nos próximos dois meses o hotel vai estar movimentado. "*Nós não ganhamos tanto como as pessoas pensam, pois são preços de pacotes, mas o importante é que estes vão levar o nome do hotel para a Alemanha e o hotel sempre ganha com essa movimentação*", afirma Rendall.

Outros hotéis, como o Crioula e o Riu-Funaná, em Santa Maria, também alojam alguns oficiais. Segundo os dados disponibilizados, 550 oficiais e soldados formam a comitiva da NATO no Sal.

KS

amengos

ro da Administração
orizou a passagem de
para o de gravidade
José Maria Neves, a
Fontes, o chefe de
adadas, Antero Matos,
OP, também foram

do Fogo – Mostei-
Filipe – accionaram
ra a "erupção" que
ia 25.

semana mais "men-
ctividade sísmica"

Fogo servirá, acima
nacionais testarem a
e o vulcão der sinal
responsabilidade de
e estamos capacita-
rupção e detectar as
erto Fernandes.

Contudo, no Fogo, a NATO entrará no terreno apenas no dia 22, e permanecerá na ilha até ao dia 26. Chã das Caldeiras começará a ser evacuada a 24 de Junho - a primeira explosão simulada do vulcão acontece a 25 mas, das 200 pessoas que vivem na localidade, cem recusar-se-ão a abandonar as suas casas. Serão essas pessoas as principais afectadas pela segunda explosão do vulcão, a 26. Aí a NATO entrará em força, evacuando com o auxílio de helicópteros e ambulâncias as "vítimas" para o Hospital de São Filipe. A Força de Reacção Rápida da organização ajudará ainda na ampliação do campo de desalojados que será montado na ilha.

Até que tudo se desenrole, as populações dos três municípios estão a ser sensibilizadas sobre o que se passará no Fogo. Como vai haver explosões reais, desencadeadas por uma equipa especializada do Comando da 3ª Região Militar, recorrendo a uma carga explosiva de TNT, não estão a ser poupados esforços para que os fogueenses saibam que "*tudo é a fingir*".

KzB/RVS

ANTÃO

a montanhosa como é Santo Antão. Aqui mais
que nunca se eliminam as fronteiras de línguas,
rque o que o repórter captou se assemelha mais
ova língua universal, uma mistura de esperanto,
mão, francês, flamengo, para tudo acabar numa
ande alegria crioulada.



Monitoras de São Filipe descontentes com a CMSF



As monitoras dos jardins infantis da Câmara Municipal de São Filipe estão descontentes com a autarquia local. O motivo é, segundo uma delas, as péssimas condições de trabalho, onde se inclui um salário mensal de apenas três mil e 500 escudos.

Segundo uma fonte deste semanário vários desses jardins, geridos pela CMSF, não estão equipados com cozinhas próprias, nem casas de banho ou móveis, e não têm água potável. Por outro lado, há falta de “materiais didácticos e brinquedos, para que as crianças possam se distrair e desenvolver-se normalmente”. As reclamações apontam, também, para uma alimentação precária – ou mesmo a falta dela – e para um grande número de crianças na mesma sala de aula, que “chegam às vezes a cerca de 50 meninos” de diferentes níveis de ensino.

Felismina Gomes, monitora do Jardim de Piquinho, afirma que possui uma turma de 23 crianças, dos três aos seis anos de idade. “Com falta de materiais, e poucas condições sanitárias fica difícil trabalhar, ainda mais com turmas mistas”, salienta, para dizer que há monitoras com 12º ano de escolaridade e que estão na mesma situação. “Ganhámos menos do que as faxineiras da Câmara”, ressalva.

Segundo a monitora, o salário que ganham “não compensa tanto sacrifício”. Por isso defende a urgência em “mudar a nossa

situação”, que noutras bandas já conheceu mudanças. Conforme diz, as monitoras dos Jardins do ICS e os do recém-criado Município de Santa Catarina do Fogo já têm um vencimento mensal de oito mil escudos, sem contar que “têm planos de seguro e boas condições de trabalho”.

Felismina Gomes conta que teve que recorrer à venda no mercado para “ajudar em casa com mais algum dinheiro”, mas neste último ano já não “vendo porque tenho que estudar”. Agora, Gomes está com um braço partido, mas não pode parar de trabalhar porque a CMSF “não tem ninguém para me substituir”.

A **Semana** contactou a vereadora do pelouro Social, Solidariedade e Integração Social, Paula Silva, que garantiu “tentar resolver o mais rápido possível essa situação”. Contudo, Silva, que também é delegada do ICM do Fogo e da Brava, discorda das declarações das monitoras, pois considera que a “CMSF tem feito muito para garantir uma boa educação pré-escolar”.

De acordo com a vereadora, a CMSF tem uma parceria com a Câmara Municipal de Palmela, que beneficia anualmente “todos os jardins geridos por nós, com mobílias, materiais didácticos, brinquedos, entre outros”. Por outro lado, através dessa geminação, as monitoras receberam uma “formação intensiva de sete meses,

com tudo pago, incluindo o transporte e alimentação”. Isso é mais uma “prova de que estamos a apostar na qualidade do ensino pré-escolar e no bem-estar das nossas monitoras”.

Segundo referiu, as monitoras pouco têm ajudado a CMSF na procura de melhorar o funcionamento dos jardins infantis, uma vez que “sempre que visitamos os jardins encontramos tudo danificado”. “Elas devem preservar os poucos materiais que disponibilizamos”, salienta.

Ademais, segundo a mesma fonte, existe uma quota paga pelos pais e encarregados de educação – que varia conforme as condições financeiras de cada um –, mas que “nunca chega às mãos da Câmara. No próximo ano lectivo vamos tentar controlar essa quota para que possamos ter um fundo que garanta o salário das nossas monitoras”.

A vereadora informa, ainda, que os três mil e 500 escudos que as monitoras ganham não é um salário, mas “um subsídio” que a CMSF disponibiliza dos seus próprios “bolsos”. Conforme diz, as monitoras trabalham sem nenhum contrato há muito tempo, mas a CMSF “tenta ajudar essas mulheres oferecendo um subsídio mensalmente”.

Ainda segundo a mesma fonte, os jardins actualmente assumidos pela Câmara eram geridos pela OMCV e as monitoras

não auferiam de nenhum salário. Entretanto, a mudança de responsável parece não ter alterado muito a filosofia do seu funcionamento.

Quanto ao apoio dado às monitoras, a própria vereadora considera-o muito baixo. Por isso, “estamos a estudar a possibilidade de aumentar esse valor já no próximo ano lectivo”, altura em que a CMSF vai “distribuir mais materiais didácticos e equipamentos”.

Reconhecendo que, em termos de infra-estruturas os jardins de Piquinho e Lagariça não beneficiam de cozinhas e casas de banho, Paula Silva garante que o seu pelouro já contactou a Câmara de Palmela, que se “comprometeu a construir as cozinhas e casas de banho e ainda equipá-las com todas as louças”. Por outro lado, “estamos, neste momento, a negociar com o Instituto Cabo-verdiano de Acção Social Escolar (ICASE) de forma a assegurar as refeições quentes às nossas crianças. Nós ajudamos com o gaz e legumes”.

Mas, porque a resolução dos problemas não depende só da CMSF, a vereadora pede a colaboração de todas as monitoras infantis, de forma a ensinar as crianças preservar todos esses materiais e equipamentos, porque “a educação e a preocupação com o futuro do país começa na pré-escola”.

Silvia Frederico

MCA efectua inquérito em Santo Antão, São Nicolau e Fogo

Integrado nas actividades do Millennium Challenge Account (MCA) decorre, a partir da primeira quinzena deste mês de Junho, nas três zonas de intervenção deste programa – Paul (Santo Antão), Vale de Fajã (São Nicolau) e Mosteiros (Fogo) – um inquérito que irá alimentar uma base de dados sobre vários aspectos da agricultura que se pratica nestas regiões.

Este inquérito irá prolongar-se no máximo até finais de Julho e tem por propósito apurar, por exemplo, o número de pessoas por famílias de agricultores, o tipo de exploração a que se dedica, as áreas de sequeiro, de entre outras informações consideradas relevantes e que antecedem o início das obras mais visíveis. Os dados recolhidos serão trabalhados no decurso de Agosto e estarão disponíveis em Setembro do corrente ano.

A responsável pela área agrícola do MCA, Elsa Simões, explicou ao **A Semana** que todos os projectos desenhados por este programa têm como principal

vertente a mobilização de água, a conservação do solo, ou melhor, a gestão das bacias hidrográficas. Estes prevêm, por exemplo, a construção de diques e reservatórios, visando aumentar a água para rega e, conseqüentemente, a produção agrícola e o rendimento dos agricultores.

“Vamos trabalhar o agronegócio, sobretudo nas vertentes controlo de qualidade, formação agrícola e ainda estabelecer de um centro de colheitas e empacotamento de forma a evitar perdas desnecessárias”, explica Elsa Simões, que destaca, entretanto, a terceira actividade deste projecto, que é o acesso ao crédito, considerado um dos maiores estrangulamentos da agricultura, depois da escassez de água.

É que, de acordo com Elsa Simões, a agricultura cabo-verdiana não é subsidiada e o país está neste momento a concorrer com países que custeiam este sector. Por causa disso, segundo esta responsável, Cabo Verde

está a trabalhar para que o produto nacional se distinga pela qualidade. “Estamos a valorizar a nossa produção agrícola. Neste momento já efectuamos uma assistência técnica na ilha de Santo Antão para a praga dos Mil Pés e no próximo dia 12 de Junho, segunda-feira, teremos uma outra que vai trabalhar a inspecção e a certificação. Essas missões são realizadas por técnicos do departamento da Agricultura dos EUA, são dois consultores”, esclarece.

A inspecção e a certificação, frisa Elsa Simões, são dois aspectos fundamentais tendo em conta que trabalham o SPC, que mais não é que um código fitossanitário, ou seja, um regulamento de sanidade animal e a vegetal exigido pela Organização Mundial do Comércio. Sobre este particular, Simões lembra que a inspecção e certificação devem cumprir os objectivos traçados pelo país que está a trabalhar o seu dossier de adesão à OMC.

Constância de Pina

ROMBO DE MILHARES DE CONTOS PARA A ECONOMIA NACIONAL

A South African Airways vai deixar os céus de Cabo Verde, abandonando a rota Joanesburgo-Sal-Atlanta a 30 de Junho. A Shell Aviation, a ASA, a TACV e os operadores turísticos serão seriamente afectados pela retirada da companhia sul-africana, num rombo de milhares de contos, que terá algum peso na economia nacional. Mas há boas notícias: em Setembro a SAA começa a voar para Chicago e a escala no Sal não está ainda descartada.



SAA deixa Cabo Verde

Cabo Verde vai perder a ligação directa à África do Sul e a Atlanta, nos EUA, a 30 de Junho. A South African Airways, uma das empresas da aeronáutica civil mais importantes do continente africano, deixa de voar de Joanesburgo rumo à capital do Estado da Geórgia, num percurso que incluía uma escala no Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, na ilha do Sal.

Voltando as costas a Cabo Verde, a SAA não só fecha várias portas de acesso mais imediato a grandes centros urbanos, em especial a pontos estratégicos no Oriente e nos EUA, como Tóquio, Macau, Pequim, Hong Kong e Nova Iorque, como vai provocar um rombo de milhares de contos na economia nacional.

A ASA – Aeroportos e Segurança Aérea, por exemplo, diz uma fonte desta empresa, perderá 20 mil contos por mês em receitas que arrecada com a aterragem, sobrevoos, paragem e descolagem dos aviões da SAA na ilha do Sal. Mas o maior rombo será para os cofres da Shell Aviation que ia recolher à companhia aérea sul-africana 75 por cento do seu volume de negócios, com o reabastecimento de combustível. A TACV-Cabo Verde Airlines também não sai imune, registando a segunda maior perda a seguir à Shell, perdendo alguns milhares de contos com o fim dos serviços de “handling” (negócio de atendimento aos aviões em terra). Para as unidades hoteleiras do arquipélago são menos nove mil contos

de lucro. “Uma ponte que se desmorona”, assinala a fonte da ASA.

Os sul-africanos continuam a fazer dois voos diários com escala no Sal até 30 de Junho, um vindo de Atlanta, outro de Joanesburgo. Depois desta data, esta rota deixa de existir. A justificação – adiantou Kula Santos, representante da SAA em Cabo Verde – é a adesão, em Abril, da companhia sul-africana à Star Alliance, a primeira e maior aliança de companhias aéreas do mundo, da qual fazem parte, por exemplo, a TAP Air Portugal, a alemã Lufthansa e a brasileira Varig.

“A parceira da SAA nos EUA era a Delta Airlines, mas como esta não pertence à Star Alliance, tivemos que fazer ‘code-share’ com uma outra companhia norte-americana, a United Airlines. Como a Delta operava a partir de Atlanta, abandonamos esse destino e mudamo-nos para Chicago, onde está a United Airlines”. Outro motivo é, ainda “uma redução da frota da SAA”, que pretende encostar os Boeings 747 por serem “dos aparelhos com os custos mais elevados na aviação”, assegura Kula Santos. Uma aeronave do tipo “Airbus 340” faz agora o percurso entre Washington e Joanesburgo, que arrancou a 1 de Maio passado, substituindo uma escala para reabastecimento em Accra, Gana, pela paragem no Senegal.

Com as alterações na configuração das suas rotas, a SAA pensa, por enquanto,

reforçar a linha Joanesburgo-Dakar-Washington com voos diários, usando alguns dos aparelhos que tinham como destino a cidade de Atlanta.

De momento, não há planos para a ilha do Sal. A linha para Washington, via capital senegalesa, deverá manter-se, embora o Sal surja como hipótese caso haja alteração nos planos da companhia, admite Kula Santos. Mas a SAA pensa começar a voar de Joanesburgo para Chicago, no Illinois, em Setembro próximo, com escala “obrigatória” num outro país africano. “O Sal é uma das hipóteses, como é óbvio”, garante o responsável.

O aeroporto Leopold Sédar Senghor é, contudo, um concorrente de peso nesta batalha de escalas, levando vantagem por “razões políticas” e por ser “15 por cento mais barato” do que o do Sal, informou uma fonte fidedigna.

Em termos técnicos, “o pessoal de cabine da SAA (pilotos, comandante) prefere a ilha cabo-verdiana, por oferecer melhores condições”, revelou Kula Santos, mas a opção pelo Sal depende “muito mais da política e da estratégia da companhia do que das preferências da tripulação”.

Na corda bamba está também o emprego dos funcionários da empresa sul-africana na sua representação na ilha do Sal. São 12 cabo-verdianos e dois sul-africanos, estes mecânicos, que desconhecem o que será

das suas vidas a partir de 30 de Junho. Kula Santos diz ter contactado o Departamento de Recursos Humanos da SAA há cerca de dez dias, e que não obteve ainda qualquer resposta sobre o seu futuro e dos restantes funcionários. No entanto, mostra-se esperançoso de que se aproximando o dia 30 “alguma resposta há-de chegar”.

A SAA começou a voar para Cabo Verde ainda no tempo do Apartheid, como sanção imposta por este regime que vigorou na África do Sul de 1948 a 1990. No anos 80 chegou a fazer quatro a cinco voos diários com paragem na ilha do Sal. Nessa altura, a empresa sul-africana chegou a ser a terceira fonte de receitas do arquipélago depois da ajuda pública e das remessas dos emigrantes.

Em 2003, temeu-se uma saída da empresa dos céus de Cabo Verde, mas as previsões pessimistas, que se arrastaram durante mais de seis meses, ficaram por terra. Nesse ano, a SAA chegou a fazer 19 voos semanais com escala em Cabo Verde.

Eleita a melhor companhia aérea e África a SAA recebeu no Reino Unido, em Abril de 2006, o prémio da Companhia Aérea Oficial do Ano. Outros títulos conquistados este ano pela SAA incluem os de melhor empresa aérea africana e melhor empresa internacional de 2005 atribuídos pela Diners Club da Asata (Associação dos Agentes de Viagem da África Austral).

Rita Vaz da Silva/Hermínio Silves

Correio das ilhas
Sexta-feira, 16 de Junho de 2006



BANCO DE CABO VERDE

(www.bcv.cv)

TAXAS DE JURO		
Data	Tipo	Taxa (%)
Oficiais		
31-05-1999	Redesconto	8.50
26-02-2005	Cedência de Liquidez	7.50
05-09-2003	Absorção de Liquidez	1.00
14-06-2006	Mercado Monetário Interbancário 1)	6.00
15-06-2006	Taxa Base Anual 2)	2.33
Títulos da Dívida Pública		
15-06-2006	Bilhetes de Tesouro - 182 dias	2.56
09-06-2006	Obrigações de Tesouro - 3 anos	4.81

TAXAS DE CÂMBIO DO DIA 23-05-2006				
País	Moeda	Unid.	Compra	Venda
CANADA	CAD	1	78.730	78.871
SUICA	CHF	100	7,010.063	7,113.839
DINAMARCA	DKK	100	1,477.829	1,480.518
EUROPA	EUR	1	110.265	110.265
INGLATERRA	GBP	1	161.373	161.676
JAPAO	JPY	100	76.150	76.277
NORUEGA	NOK	100	1,405.635	1,408.325
SUECIA	SEK	100	1,187.951	1,190.808
ESTADOS UNIDOS AMERICA	USD	1	87.669	87.871
SENEGAL	XOF	100	16.810	16.810
AFRICA DO SUL	ZAR	1	12.709	12.911

1. A taxa do Mercado Monetário Interbancário (MMI) é uma taxa média ponderada de oferta de fundos entre as instituições participantes no MMI

2. A Taxa Base Anual (TBA) é uma taxa indexante para aplicações sem risco, criada para servir de referência à procura e oferta de fundos. É uma taxa anual nominal, convertível semestralmente, equivalente à taxa anual média efectiva das 20 últimas colocações de Bilhetes do Tesouro (BT's), de qualquer prazo, ponderadas pelos respectivos montantes. O período de referência é o imediatamente a seguir a cada nova emissão.

JULGAMENTO DE ZIFA, GIBOLI E BAYGON

Contradição põe mais lenha na fogueira

Uma contradição entre os depoimentos de duas testemunhas de acusação põe mais lenha na fogueira em torno do caso do assassinato de Hermínio Almeida, ocorrido a 11 de Abril do ano passado, e de que são acusados Zeferino Gomes (Zifa), Gilson de Pina (Giboli) e Nilton Barbosa (Baygon).

Duas das testemunhas de acusação - ambas funcionárias do Bar LX, onde Hermínio foi assassinado - entraram em contradição, no momento do relato sobre o que se passou na noite do crime naquele estabelecimento, que funcionava na altura no bairro do Palmarejo, Praia.

De acordo com uma das testemunhas - a primeira a depor - Zifa e Giboli estiveram no LX, na noite do assassinio, por duas vezes. Segundo este depoimento, "Zifa e Giboli chegaram ao bar e foram-se embora logo, voltando cerca de 20

minutos depois, quando encontraram Hermínio a jogar snooker". "Falaram por alguns minutos em inglês, mas depois saíram para conversar lá fora", afirma.

A depoente informou também que depois da conversa Zifa e Giboli foram embora e, depois de algum tempo, alguém parecido com Giboli chamou Hermínio à porta. "Mal ele saiu ouvi quatro disparos", salienta.

Por seu turno, a segunda testemunha afirmou que Zifa esteve no bar apenas uma vez, ao cair da noite do crime, e foi-se embora logo depois. "Ele saiu de lá e não mais voltou", reforçou.

A contradição obrigou o Ministério Público (MP) a requerer a acareação das duas testemunhas, mas estas, mesmo frente a frente, mantiveram os depoimentos iniciais. Uma outra testemunha, que também esteve no LX na noite do

assassinato de Hermínio, e que neste momento reside na comarca de Santa Catarina, já foi notificada para comparecer ao julgamento.

No que toca à morte do taxista Carlos Alberto, vulgo Tulá - morto no interior de sua casa, na Achada Santo António - já foram ouvidas três testemunhas, mas nenhum dos depoimentos confirmou que Zifa tivesse estado na casa de Tulá naquela noite.

Contudo, uma das testemunhas - ex-namorada do falecido - contou ao tribunal que Tulá "estava frequentemente acompanhado de Zifa e costumava até dormir num dos quartos" da casa deste.

A testemunha afirmou, ainda, que num desses dias em que ela visitava o namorado, Zifa teria entrado em casa de Tulá "sem que ninguém lhe abrisse a porta". "Mas não sei dizer

se a porta estava aberta ou trancada", acrescentou.

Até ao fecho desta edição, cerca de 20 testemunhas de acusação já foram auscultadas mas nenhuma das testemunhas de defesa foi ouvida ainda. Ao contrário do que foi noticiado na última edição deste jornal (que a quarta-feira, 14, seria o último dia das audições), várias sessões estão marcadas para até dia 22 próximo. Caso os três arguidos sejam condenados, podem apanhar de 10 a 16 anos de cadeia.

Por último, a propósito das declarações feitas pelo advogado de Zeferino, Manuel Corsino Barbosa, na última edição de **A Semana** - "Não posso dizer nada. Cabe ao Ministério Público dar a palavra final" -, o visado pediu que se corrigisse a sua afirmação para: "Cabe ao Ministério Público provar a acusação por ele deduzida".

Social

Sexta-feira, 16 de Junho de 2006

PUB

Pistola mata por acidente



"BOKA BEDJU" FAZ MAIS UMA VÍTIMA

Uma arma de fogo de fabrico artesanal (foto) matou um homem no passado fim-de-semana por acidente. O indivíduo, de 40 anos, residente em Belém, concelho da Ribeira Grande de Santiago, teria sacado da pistola (fabricada artesanalmente no interior de Santiago e designada de 'boka bedju') para a mostrar a um amigo. Todavia, a arma escapou-se-lhe da mão e rebentou assim que bateu no chão.

Para azar da vítima, a pistola caiu virada na sua direcção e a bala atingiu-lhe o lado direito da face, arrancando-lhe, praticamente, a maxila direita. O homem, conhecido por Lucindo, teve morte imediata, não tendo sequer sido conduzido ao Hospital da Praia.

Este é, apenas mais um caso entre muitos outros de acidentes com armas de fogo que quase sempre fazem notícia nas ilhas. E,

uma vez mais, a pistola, além de não estar registada, era de fabrico artesanal como tantas outras do tipo que acompanham os seus donos no dia-a-dia, sobretudo na ilha de Santiago. Apesar de a Polícia de Ordem Pública frequentemente apreender dezenas dessas armas de grande potência (basta um tiro para espatifar tudo o que estiver por perto), calcula-se que existam no país muitas centenas de pistolas desse calibre.

As autoridades conhecem as fábricas clandestinas que produzem essas armas e até têm tomado medidas. Mas a verdade é que as mesmas continuam a fazer estragos na sociedade santiaguense. O caso de Belém, até este momento, é o último a vir a público. E traz ainda mais inquietação a uma sociedade já amedrontada por essa onda de criminalidade que anda lado a lado com um país em crescimento.

Alegria, satisfação, revolta e indignação tomaram conta da sala de audiências do Tribunal de S. Vicente no dia da sentença do processo Voo da Águia terça-feira, 13. Dos catorze envolvidos, dez foram condenados à prisão e quatro ficaram absolvidos. Apesar de sentenciada, Samira Paula mereceu uma atenuação super extraordinária da pena que lhe abriu as portas da liberdade. O holandês Louis Martins, a sua esposa Ivanilde Mendes e Zé Rui, condutor da TACV, não escaparam à condenação máxima, por tráfico de droga: doze anos de cadeia para cada um dos implicados.



TRIBUNAL DE S. VICENTE, ONDE DECORREU O JULGAMENTO DO PROCESSO VOO DA ÁGUIA

Penal máxima por tráfico

Samira Paula, a “*peça charneira*” do processo Voo da Águia, caiu em prantos quando escutou o veredicto do magistrado Manuel Andrade. Apesar de condenada a um ano e dez meses de prisão, essa pena ultrapassa o tempo de prisão preventiva que já cumpriu; logo, serviu como a chave para a liberdade. Invadida pela emoção, Samira não conseguiu proferir um único comentário para a imprensa, ainda dentro do Tribunal de S. Vicente.

As declarações de Samira em tribunal envolveram a maioria dos principais visados no caso Voo da Águia - exceptuando o holandês - e foram consideradas válidas pelo Tribunal de S. Vicente, que não descurou esse testemunho no veredicto final. Aliás, o próprio advogado de Samira e Maria Isabel (Tchuca) chegou a pedir ao juiz que ponderasse o peso dos testemunhos das duas co-arguidas, pedido que viria a ser levado em conta.

A sentença atribuída à co-arguida Maria Isabel, cujos depoimentos enredaram o holandês Louis Martins, comprova essa dedução, pois Tchuca, que tem antecedentes no crime de narcotráfico, apanhou apenas três anos de cadeia, um prémio à sua colaboração com a Justiça. Detida em Julho de 2004, com mais nove dos catorze arguidos, Tchuca está prestes a completar dois anos de prisão.

Uma terceira ré também mereceu um tratamento especial do Tribunal da Primeira Instância, embora por razões diferentes. Zuca Leida, a mais jovem das pessoas presas, foi condenada a cinco anos de cadeia, exactamente devido à sua idade, como enfatizou o juiz Manuel Andrade. Mesmo assim, Zuca, que esteve animada antes da leitura da sentença, abraçou-se à mãe a chorar ao escutar o veredicto.

Zuca Leida tinha 17 anos quando foi detida pela Judiciária na posse de cocaína e, como frisou o juiz, a sua implicação no crime era evidente. A mesma lógica foi aplicada às arguidas Maria Isabel, Samira Paula e Maria Socorro. Estas quatro arguidas tinham, a priori, poucas chances de escapar a uma condenação, pelo facto de terem sido presas na posse de estupefaciente.

Porém, tiveram sortes diferentes. Maria Socorro foi condenada a oito anos de prisão. Curiosamente, o juiz anunciar a sentença de

todos os implicados, ao esqueceu o nome de Socorro. Quando dava por encerrada a audiência, foi lembrado do caso de Socorro e confirmou o veredicto.

PEÇAS FUNDAMENTAIS

Lida a sorte das quatro mulheres surpreendidas com a prova do crime - a cocaína -, restava ao juiz falar dos outros suspeitos, com destaque para a situação do holandês e da esposa. O alegado envolvimento do casal no esquema foi carimbado por Samira e Isabel, exactamente as duas testemunhas mais influentes do julgamento. Samira implicou Ivanilde Mendes, enquanto que Isabel garantiu ter recebido um saco e uma mochila de Louis Martins contendo droga.

Além do mais, a própria postura de Louis e Ivanilde não abonou a favor do casal. O juiz questionou o comportamento dos dois no aeroporto de S. Vicente, no dia da operação policial, e não entendeu por que motivo Louis Martins ficou na viatura e deixou que fosse somente a Ivanilde Mendes a ir fazer o check-in, quando ambos estavam a viajar para a Praia. Para Manuel Andrade, essa atitude deixou inferir uma “*estratégia de vigilância*”.

“*É evidente a participação de Louis neste caso. Foram encontrados, além do mais, os nomes de Samira, Zé Rui e Maria Segunda na sua agenda pessoal quando ele próprio afirmou julgamento que não conhecia nenhuma das outras pessoas envolvidas neste processo, tirando Maria Isabel, prima da esposa dele*”, acrescentou o magistrado. Mediante as suas convicções, o juiz condenou o casal a doze anos de detenção, pena máxima por tráfico de droga, em Cabo Verde. A mesma condenação, doze anos, foi aplicada a Zé Rui, funcionário da TACV, considerado, deste modo, como uma das peças fundamentais nessa operação de narcotráfico, que envolveu várias pessoas e o transporte de 220 quilos de cocaína.

Para o Tribunal de S. Vicente, ficou apurado o envolvimento de Zé Carlos e Avelino, respectivamente taxista e pedreiro de profissão. Apesar da alegada “*condição modesta*” destes arguidos, chegaram a fazer algumas viagens aéreas entre Santiago e S. Vicente, com hos-

pedagem e aluguer de viatura, nas vésperas da apreensão da droga nos aeroportos de S. Vicente e da Praia, a 13 de Julho de 2004.

“*Os dois não conseguiram explicar, de forma evidente e consistente, o motivo da estadia deles em S. Vicente. Foram ao aeroporto nessa noite e, quando sentiram a presença da Judiciária, abandonaram o aeroporto mas foram seguidos pela PJ*”, destaca o juiz, para quem os materiais apreendidos nos quartos de Zé Carlos e Avelino - como esponja, agulha e uma bolsa usados alegadamente no empacotamento da droga -, implicam os dois indivíduos no caso. Manuel Andrade condenou os dois a dez anos de cadeia.

Quem apanhou pena idêntica, 10 anos, foi a rabidante Maria Segunda, tida desde o início como elemento influente dentro do grupo de traficantes, a par do casal Louis Martins e Ivanilde Mendes.

OS ABSOLVIDOS

Estes foram, assim, os dez arguidos condenados pelo Tribunal de S. Vicente, aliás as mesmas dez pessoas que aguardaram julgamento sob prisão preventiva: Samira Paula, Maria Isabel, Maria Socorro, Louis Martins, Ivanilde Mendes, Maria Segunda, Avelino, Zé Carlos, Zuca Leida e Zé Rui.

Os quatro restantes arguidos - Lúcia, Hermelindo, Caetano e a professora Fernanda - foram absolvidos. No entanto, não deixa de ser curiosa a forma intrigante como o juiz Andrade encarou os dados referentes a Hermelindo Silva, proprietário de táxi e cambista do mercado negro. Como referiu o magistrado, Hermelindo surge em determinadas alturas, nomeadamente para apadrinhar as despesas de Zé Carlos e Avelino em S. Vicente, e toma um “*chá de sumiço*” exactamente nos chamados momentos de relevância criminal. Além do mais, reconhece Manuel Andrade, o “*cambista*” dispõe de várias contas bancárias recheadas de dinheiro. “*Numa terra como esta, nem todas as pessoas têm a sorte de dispor de setenta mil contos em bancos. Mas isso não prova nada neste processo. Cabe a quem de direito promover, se quiser, uma investigação sobre a proveniência desse dinheiro*”, declarou.

“*Sempre tive fé em Deus que Justiça seria feita*”, comentou Hermelindo a este jornal, ele que considerou exageradas as penas atribuídas a alguns dos réus.

Os catorze arguidos estavam a ser julgados por associação criminosa, um crime grave à luz do Código Penal. Por este motivo, os sete advogados de defesa uniram esforços para anular essa sombra. E conseguiram. Apesar do número de pessoas envolvidas no processo e a quantidade de droga transportada, o Tribunal descartou a hipótese de haver uma organização - algo estruturado e permanente - por detrás da operação. Até porque, segundo o próprio juiz, é extremamente difícil comprovar a existência de uma organização criminosa, uma entidade estabelecida, com membros associados e que operam em conjunto com uma única finalidade.

Todavia, Manuel Andrade acredita que parte dos arguidos actuou de forma concertada para fazer o transporte dos 220 quilos de droga. Algo pontual, não de forma continuada. Até porque, como diz, se não tivesse havido a apreensão da droga seria impossível julgar todas essas pessoas num único processo.

Derrubada a acusação de associação criminosa, restou ao Tribunal optar pelo crime de tráfico de droga. E, dada a gravidade do dolo, a quantidade de cocaína envolvida e de pessoas conexas, a Justiça colocou mão pesada sobre os principais envolvidos, condenando-os na pena máxima ou muito próxima desse limite legal.

Apesar dos doze anos aplicados a Louis Martins, o advogado Semedo Brito considera que a condenação até que foi benévola. No cômputo global, Brito concordou com a sentença decretada na primeira instância. “*A sentença foi linear, sem surpresa mas continuamos sem saber a origem e o destino da droga*”, relembra o advogado, para quem a operação Voo da Águia resultou na prisão da arraia-miúda. As “*águias*” maiores, na sua opinião, continuam a esvoaçar livres pelo espaço cabo-verdiano.

A defesa dos réus condenados dispõe agora de oito dias para endereçar os seus recursos ao Supremo Tribunal da Justiça.

Kim-Zé Brito



Jogada de vida ou morte

Manuel Andrade está sentado, confortavelmente, diante da televisão, a indicar na camisola a selecção da sua opção. Mas, ao contrário do que se pensa, o jovem Andrade não se prepara para ver o jogo da Austrália, numa época em que todas as atenções estão viradas para a Alemanha. A jogada de Andrade é outra: ele é um doador voluntário de sangue.

E como doador voluntário de sangue ele, como muitos outros, não perdeu tempo a responder ao chamado da equipa do Banco de Sangue do Hospital Agostinho Neto, em tempo particular de comemoração. Não porque haja, ali, uma claque especial para aplaudir a sua equipa favorita na Alemanha, mas porque eles ganharam mais um elemento no seu jogo quotidiano de garantir sangue para uma média de mil e quinhentas transfusões anuais.

O elemento novo é um Banco de Sangue novinho em folha, com todos os equipamentos necessários, segundo a responsável Angelina Oliveira, para garantir o desejável nível de segurança da doação. Além disto, e segundo a mesma fonte, os novos equipamentos vão permitir a “*rentabilização do sangue total que é doado*”, isto tendo em conta as necessidades particulares de cada paciente que recebe a transfusão.

Com os novos equipamentos, o novo Banco de Sangue, resultado de uma parceria entre o Governo de Cabo Verde, via CCC-Sida, e o Rotary da Praia, praticamente triplica a sua capacidade de recolha. Isto em muito melhores condições para o doador. O novo edifício tem, igualmente, um espaço específico e alargado para os testes Elisa e de Hepatite.

Foram criadas, também, condições infra-estruturais para o Banco ter um espaço de virologia, onde, a exemplo do que era feito no antigo espaço, já se faz o teste CD4. Um teste necessário para o tratamento dos doentes de Sida. Entretanto, por falta de todos os equipamentos, o sangue para este fim só é colhido no Banco e, depois, enviado para posterior análise em Portugal.

Sendo a aposta do Hospital Agostinho Neto capacitar o Banco de Sangue também a esse nível, faltam, entretanto, os recursos para os equipamentos, que são caros. Segundo a directora do HAN, Arcelinda Barreto, “*se conseguirmos colocar em funcionamento o sector da virologia, vamos ficar independentes de outros países para esta questão, mesmo no que se refere ao exame de carga viral para o tratamento dos doentes de Sida. Para nós é de todo conveniente ter a virologia montada*” e, para tal, vai-se procurar apoios juntos dos parceiros.

Mais do que a independência, em relação a outros países, o funcionamento de um espaço como esse aumenta a capacidade do país de fazer face, primeiramente, a Sida, e depois a uma série de doenças de origem viral.

DOADOR É PRECISO

Com a determinação da direcção do HAN em procurar parceiros que garantam os recursos necessários para os equipamentos da virologia, o que falta agora, e que não carece de recursos financeiros, são doadores. Numa realidade em que a média de transfusões anuais ronda as mil e 500, o

hospital só conseguiu, no ano passado, 300 doadores voluntários.

É verdade que o número aumentou consideravelmente em relação ao ano anterior, com o grupo de doadores do sexo feminino a ser o que cresce mais. Entretanto, em matéria de darmos aquilo que temos e que não nos faz falta, do todo do sangue utilizado no HAN, somente 25 por cento decorre de doação voluntária. Uma cifra muito baixa para as necessidades do hospital.

É diante disto que a inauguração do novo Banco de Sangue é mais uma oportunidade para sensibilizar a população sobre a importância de se doar sangue. Uma iniciativa que conta com o apoio de David Santos, que faz as suas doações desde 1999. A decisão de ser doador não se deveu, segundo ele, a nenhuma ocorrência especial. “*Fiquei sabendo das condições, decidi e me sinto bem em ajudar não sei quem*”.

Do lado de David Santos, Zezinha Alfama também fazia a sua dádiva. Doadora há dois anos, ele tomou a iniciativa “*por sentido de missão. Algo que adiei por vários anos por causa da sobrecarga de trabalho. Entretanto, num dia mundial do doador, a campanha na comunicação social sensibilizou-me e decidi avançar*”.

E mais do que doar sangue, Zezinha Alfama considera essa dádiva “*um acto de amor ao próximo sem possibilidade de se medir*”. Uma postura que ela procura transmitir aos seus pupilos dos grupo de Escoteiros Católicos, aos quais sensibiliza com vista a aumentar o número de pessoas conscientes da necessidade de se doar sangue.

UNICEF: Relatório “Excluídas e Invisíveis” lançado oficialmente em Cabo Verde

O Escritório dos Fundos e Programas das Nações Unidas lançou oficialmente, na sua sede, esta quarta-feira, o relatório anual sobre a situação da criança, documento intitulado em 2006 de “*Excluídas e Invisíveis*”.

Cabo Verde ocupa a 86ª posição entre 195 nações citadas pelo relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância, no que se refere à mortalidade abaixo dos cinco anos de idade. As nações africanas e da Ásia Central ocupam as posições cimeiras da tabela, com a Serra Leoa a liderar a taxa de mortalidade em crianças até aos 5 anos, registando 283 mortes em mil no ano passado. Angola regista 260 mortes, ocupando a segunda posição, e o Níger a terceira, com 259 óbitos.

O relatório revela que a taxa de mortalidade das crianças cabo-verdianas com menos de 5 anos diminuiu nos últimos 14 anos

para cerca de metade, passando de 60 mortes por mil crianças, em 1990, para 36. Também a mortalidade infantil referente a um ano de idade desceu para 27 mortes por cada mil crianças no ano passado, enquanto em 1990 se ficava pelos 45 óbitos.

Estes dados foram divulgados por “*asemanaonline*” em Dezembro passado, quando o relatório foi tornado público a nível mundial. Intitulado “*Excluídas e invisíveis*”, o documento da UNICEF divulga que 50 milhões de crianças em todo o mundo não possuem documentação ou registo de nascimento e identidade. A instituição alerta que 8,4 milhões de crianças – fragilizadas pela ausência de identidade – são vítimas de tráfico humano, escravatura e prostituição. Esse organismo estima, indicam ainda que 171 milhões trabalham em condições perigosas, manuseando equipamentos pesados.

Luta pela vida e prevenção da Sida

Chama-se José (nome fictício) e encontrei-o, numa tarefa de luta quotidiana pela vida, a recolher garrafas de água vazia, dessas de cinco litros, que depois iria vender. O negócio, parece, vem florescendo na capital, tendo em conta a movimentação de crianças e adultos, quais burricos de carga, a transportarem nas costas dezenas dessas garrafas. Mas a actividade precária e a precariedade da vida, pelo que me mostrou José, sem saber que o estava a acompanhar, parece não ser suficiente para pôr de lado uma questão importante: a prevenção da Sida.

Os dados recentes sobre a Sida em Cabo Verde apontam para uma prevalência de 0,5 por cento de seropositivos, certamente a mais baixa de África. Diante desse número, e da realidade da sexualidade precoce dos cabo-verdianos, muitos podem torcer o nariz, sem acreditar nos dados. Mas a história de José, que decorreu, diante dos meus olhos, como um filme em câmara lenta, mostra que anos e anos de campanha de prevenção estão a dar resultados. Resultados esses que, com certeza, têm impacto a nível dos números da Sida em Cabo Verde.

Mas o que terá a história de José de tão importante a nível do assunto em questão, ou seja, a prevenção da Sida? Certamente faz parte daquela faixa da população cabo-verdiana que vive abaixo da linha de pobreza, desenrascando a vida com a apanha de garrafas vazias de água para revender. Já com uma grande quantidade de garrafas às costas, José dirigiu-se para a sede do Secretariado Executivo de Luta contra a Sida. À entrada do edifício colocou as suas garrafas, o que me fez pensar tratar-se de um guarda do local que encontrou forma de melhorar o rendimento. Nada disto.

Para surpresa minha, José dirigiu-se, direitinho, ao CCC-Sida, o que mostrou um à vontade com o local. De onde estava, vi-o dirigir-se à telefonista e sair com um envelope nas mãos. A minha curiosidade levou-me a perguntar à telefonista se José tinha ido buscar camisinha. Sim, respondeu-me ela, o que abriu caminho para mais perguntas. Mas como ele faz para pedir uma camisinha? – Chegou aqui e pediu-me “*aquele remédio*”.

E pelo que disse a telefonista, com muito à vontade nessas coisas de prevenção da Sida, são vários os Josés que chegam ali quotidianamente à procura de “*remédio, aquela coisa*”, e outros tantos nomes que servem, apenas, para disfarçar uma certa timidez perante a situação. Uma timidez que não impede que eles busquem formas de se proteger contra a Sida.

Entretanto, a postura das pessoas perante um assunto que ainda é tabu na sociedade cabo-verdiana não se fica apenas pela movimentação dos Josés rumo ao CCC-Sida à procura de camisinhas. Essa postura anda também sobre quatro rodas, por diferentes caminhos, a bordo de uma carrinha de caixa aberta, matrícula 37 HF, onde junto do símbolo da Sida viaja a seguinte frase: Não hesites, faz o teste. São posturas como esta que reforçam as informações secas, transmitidas pelos números, que mostram uma redução na prevalência da Sida em Cabo Verde.